



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Aos dez dias do mês de Julho de 2012, pelas nove horas, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

9h - Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do [requerimento](#) de agendamento protestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

10h e 30m - Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do artigo 104º, nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

12:30

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 98/XII/1.ª - Apresentada por José Ribeiro e Castro e outros, solicitando à Assembleia da República a continuidade do Euronews em língua portuguesa: - Relatora: Deputada Lídia Bulcão (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer relativo à COM (2012) 226 - A Comissão de Assuntos Europeus recebeu, no dia 21 de maio de 2012, a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da EU. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho [SWD (2012) 133]: - Relatora: Deputada Rosa Arezes (PSD);
4. Apreciação e votação das Atas nºs 48, 49, 50, 54 e 58;
5. Outros assuntos.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, cumprimentou o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e os Senhores Deputados presentes, fazendo uma descrição sumária da ordem de trabalhos e informando sobre a grelha de tempos a ser utilizada, durante a audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao abrigo do [requerimento](#) de agendamento protestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim, informou que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Ministro, caso este assim o entendesse, seguida de uma primeira ronda de perguntas de cada um dos grupos parlamentares, com a duração de cinco minutos e, com a seguinte ordem: PS, PCP, BE, CDS-PP e PSD. As perguntas mereceriam uma resposta sequencial, e de igual duração, do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. Na segunda ronda de perguntas, cada grupo parlamentar colocaria as suas questões, num período que não podia exceder os três minutos, sendo que, o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares responderia, em bloco, a todas as questões, no final da ronda de perguntas, não devendo a resposta exceder os quinze minutos.

Após estes esclarecimentos, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, sendo que o Senhor Ministro informou prescindir da utilização do tempo previsto para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os seguintes Senhores Deputados: Manuel Seabra (PS), António Filipe (PCP), Catarina Martins (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), e Paulo Rios de Oliveira (PSD), tendo o Senhor Ministro respondido a cada uma das questões colocadas em seguida a cada uma das intervenções.

Prosseguindo-se a audição, e no âmbito da segunda ronda de perguntas, intervieram os Senhores Deputados, Filipe Neto Brandão (PS) e o Senhor Deputado António Filipe (PCP), sendo que o Senhor Ministro respondeu, sequencialmente a cada uma das intervenções.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Verificando-se que não se estava a seguir o determinado na grelha de tempos para a segunda ronda, segundo a qual, o Senhor Ministro responderia em bloco no final das intervenções, usaram da palavra o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS), Catarina Martins (BE) e Francisca Almeida (PSD) para fundamentar as suas opiniões de como se deveria prosseguir a segunda ronda, tendo-se, por fim, decidido concluir a segunda ronda de perguntas com as respostas sequenciais do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Assim, intervieram ainda os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD), tendo o Senhor Ministro respondido, sequencialmente, a cada uma das questões colocadas.

Dando sequência aos trabalhos, e no âmbito da audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do artigo 104º, nº 2, do Regimento da Assembleia da República, o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, informou que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Ministro, com a duração de dez minutos, caso este assim o entendesse.

Mais adiantou que se seguiria uma primeira ronda de perguntas de cada um dos grupos parlamentares, com a duração de seis minutos e, com a seguinte ordem: PS, PCP, BE, CDS-PP e PSD. As perguntas mereceriam uma resposta sequencial, e de igual duração, do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. Na segunda ronda de perguntas, cada grupo parlamentar colocaria as suas questões, num período que não poderia exceder os três minutos, sendo que o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares responderia, em bloco, a todas as questões, no final da ronda de perguntas, não devendo a resposta exceder os quinze minutos.

Por último, na terceira ronda de perguntas, os respetivos tempos seriam assim distribuídos pelos grupos parlamentares: PS (nove minutos), PCP (quatro minutos), BE (quatro minutos), CDS-PP (seis minutos) e PSD (treze minutos), conforme sequência atrás mencionada.

Durante esta audição regimental esteve, também, presente o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Assim, o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, deu a palavra ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares que iniciou a sua intervenção declarando, em primeiro lugar, o desejo de reafirmar a determinação do Governo em credibilizar as instituições em que o Estado tem particulares responsabilidades, designadamente de ordem tutelar e financeira, como é o caso do grupo RTP e da agência noticiosa LUSA, colocando-as ao serviço da cidadania, da coesão nacional e da qualificação dos portugueses, sem quaisquer interferências nas respetivas políticas editoriais, prosseguidas através dos mais diversos segmentos e plataformas e definidas autonomamente pelas respetivas direções editoriais: televisão, radio ou produtos multimédia, como se atesta pela recente disponibilização, em Ipad, por parte da LUSA, dos seus conteúdos informativos, adiantando ter-se iniciado este serviço nesta data, dia 10 de julho de 2012, constituindo-se num serviço global que pode ser acedido em qualquer parte do mundo.

Continuando, o Senhor Ministro referiu que, conforme consta do programa do Governo, ao Estado compete garantir que não hajam cidadãos excluídos, por razões económicas, do acervo publico comunicacional, tendo este princípio presidido à implantação da TDT (televisão digital terrestre) em todo o território nacional, evitando durante todo o processo o menor número de constrangimentos possível, o que só se alcançou com o concurso de todas as entidades envolvidas, nos termos de acordos prévios estabelecidos à entrada em funções do atual Governo e que foram cumpridos dadas as implicações financeiras, que resultariam da sua alteração, tendo sobremaneira presente o interesse das populações e dos consumidores.

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares prosseguiu a sua intervenção informando que, ainda nos termos do programa do Governo, o Estado deve repensar o seu posicionamento no setor da comunicação social, nomeadamente enquanto acionista único do grupo RTP, no que foi acompanhado nas conclusões do Grupo de Trabalho ad-hoc, criado em 2011, para a definição do conceito de serviço público de comunicação social.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Referiu que não encontrou nenhum obstáculo, de princípio, a esse reposicionamento, sendo que, tal corresponde, como é do conhecimento público, à alienação de um seu ativo, o que na prática se traduz no modelo a seguir e na venda de uma licença de exploração de um dos canais generalistas da RTP, quadro esse, cujos contornos estratégicos, jurídicos e financeiros estão presentemente a ser definidos, com a escolha do “adviser” jurídico e do “adviser” estratégico, sendo o prazo limite para entrada das propostas, na RTP, é a data de 11 de julho de 2012, sendo que o Conselho de Administração da RTP, decidirá a escolha destes dois elementos na próxima semana.

Mais informou o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares que o processo de alienação será acompanhado por aqueles dois “advisers” e, para além destes, pelo Ministério das Finanças e pelo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, enquanto tutelas, financeira e de acompanhamento e, também será acompanhada pela Comissão de Acompanhamento das Privatizações, e pela equipa dirigida pelo Professor António Borges, no quadro da agenda da reforma estrutural da economia portuguesa e das instituições.

Acrescentou, ser do conhecimento dos Senhores Deputados, que se trata de um procedimento de alienação sujeito às regras em vigor sobre concursos públicos, as quais serão estritamente observadas desde o início do processo até à sua finalização tendo em atenção os mecanismos concorrenciais, nacionais e comunitários, aplicáveis. Este procedimento liga-se á profunda reforma estrutural do grupo RTP, com o objetivo, central, de se obter uma forte contenção dos custos operacionais e financeiros.

Mais informou que, em 2012, o esforço com a RTP, efetuado no primeiro trimestre, totaliza, com a liquidação da dívida de médio e de longo prazo, e depois de analisado o valor dos juros a pagar e o seu diferimento em tranches até 2013, nas atuais condições de mercado e com o “downgrade” da notação da república, cerca de 508 milhões de euros, quando, por exemplo, o esforço financeiro do Estado com o Centro Hospitalar de Lisboa Norte – Hospital de Santa Maria, é de cerca de 290 milhões de



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

euros, enquanto com o Centro Hospitalar de S. João do Porto, é de 289 milhões de euros.

O Governo, enquanto interlocutor do Conselho de Administração da RTP, acompanha o investimento nos conteúdos multiplataforma e de distribuição “on line”, com base no amplo serviço internacional, com duas submarcas, a RTP Internacional e a RTP África, vocacionadas para a ligação à diáspora lusófona, para reforço da imagem de Portugal no mundo, para a presença pujante da língua portuguesa e para a difusão de conteúdos audiovisuais, produzidos em Portugal, em cooperação permanente com outras entidades institucionais ou oriundas da sociedade civil.

Prosseguindo, o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares informou que o Governo convidará, oportunamente, uma vez adquiridas as condições jurídicas para o efeito, empresas portuguesas a associarem-se ao grupo RTP, na vertente RTP Internacional, como forma de o audiovisual concebido e produzido a partir de Portugal, poder contribuir para a divulgação de marcas prestigiadas de diferentes setores económicos da nossa sociedade.

Os Centros Regionais da Madeira e do Açores da RTP serão amplamente reformulados, quer em termos operacionais quer em termos financeiros, de maneira a fomentar a sua autonomização, tarefa para a qual o Governo conta com o esforço solidário dos Governos das Regiões Autónomas, numa indeclinável perspetiva de coesão nacional e também de serviço público de radio e televisão.

Referiu ainda que é igualmente um objetivo do Governo que a RTP, com a agência noticiosa LUSA, reformule o setor das delegações e de correspondentes, numa lógica de serviços partilhados, que abranja o património imaterial da informação e dos conteúdos genéricos, e porventura também algum património imobiliário, adiantando que esse trabalho, entre as duas administrações, está numa fase já muito avançada, pelo que se irão retirar ganhos de gestão objetivos, não pondo em causa a qualidade da informação.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Continuando, o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares frisou que o processo de transição da RT para um novo patamar de sustentabilidade económica e financeira assenta fundamentalmente na reconfiguração das suas atividades de radio e de televisão, e na alteração, conseqüente, de estruturas internas e serviços que conduzam à redução, efetiva, das ineficiências de desempenho. Acrescentou que o Governo não pode exigir menos à RTP, organismo de capitais exclusivamente públicos, do que se exige aos conjunto dos nossos concidadãos, pelo que é nesse contexto que deve ser vista a inserção das contas no perímetro do Orçamento de Estado e a sua avaliação trimestral por parte do Eurostat, através do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Isto implica que a empresa se obrigue a reforçar e a praticar, com crescentes níveis de eficiência e eficácia, o controlo interno sobre todos os seus segmentos de atividade, respetivas estruturas diretivas e grelhas salariais, cuja limitação e redução efetivas, são pressupostos incontornáveis de gestão, o que tem acontecido.

O Governo pretende deste modo diminuir, ponderadamente, os custos globais da RTP, a partir de 2013, através da sustentabilidade realista da subvenção estatal face à configuração ambicionada de um novo serviço público de radio e televisão oferecido porquanto, no caso da RTP, é a própria comunidade, através dos impostos, quem assegura o essencial do seu financiamento, e não qualquer retórica facilitista, em torno de uma RTP abstrata, entregue à inércia passadista e a uma estrutura de funcionamento pesada. Só uma gestão particularmente desperta para a mudança e para as expetativas legítimas da sociedade pelo que, quer a marca RTP, que também tem que ser definida, quer o custo do serviço público, têm que ser adaptados às realidades e aos meios disponíveis.

Continuando, o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares acrescentou que, em relação à LUSA, informou a Assembleia da República que ele próprio e o Senhor Ministro das Finanças denunciaram o contrato de concessão, o que tinha que ser feito dentro de prazos definidos, sob pena da sua renovação automática, e que irão renegociá-lo, sendo que no processo de renegociação deste contrato entre o



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Estado e a agência LUSA há que ter em consideração que a agência Lusa também tem acionistas privados.

Mais acrescentou que, só este ano, o Estado central transferiu, com IVA incluído, mais de 19 milhões de euros para a agência noticiosa LUSA. O Estado deu o seu contributo para a sustentabilidade da empresa, ao defender a não distribuição de dividendos, que reverteram integralmente para a LUSA, o que vai poder permitir um esforço de reavaliação e um esforço de reestruturação da própria agência nos próximos meses.

Assim, concluiu que se tem a oportunidade de negociar um novo modelo, e o que se sabe também, é que os valores que estão em cima da mesa são muito significativos para a realidade em que o país se encontra.

O Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota deu início à primeira ronda de perguntas, durante a qual intervieram os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), António Filipe (PCP), Catarina Martins (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), e Francisca Almeida (PSD), tendo o Senhor Ministro respondido a cada uma das questões colocadas em seguida a cada uma das intervenções.

O Senhor Presidente deu a palavra, para a realização da segunda ronda de perguntas, aos seguintes Senhores Deputados: Jacinto Serrão (PS); António Filipe (PCP), Catarina Martins (BE), Margarida Netto (CDS-PP) e Odete Silva (PSD), tendo respondido em bloco às perguntas colocadas, o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e também o Senhor Secretário de Estado do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Durante a terceira ronda de perguntas intervieram os seguintes Senhores Deputados: Manuel Seabra (PS), Inês de Medeiros (PS), Jacinto Serrão (PS), António Filipe (PCP), Catarina Martins (BE), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Carla Rodrigues (PSD), tendo o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondido em bloco a todas as questões colocadas, concluindo-se assim a audição regimental.



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente, dando continuidade aos trabalhos, propôs o adiamento dos pontos, um, dois e três, tendo a proposta sido aceite por todos os Senhores Deputados presentes.

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 48, 49, 50, 54 e 58, as quais foram aprovadas por unanimidade.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, que se encontra disponível no site do parlamento.

A reunião foi encerrada às 12:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 Julho 2012.

O PRESIDENTE

(MENDES BOTA)



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 65/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
António Filipe
Carla Rodrigues
Filipe Neto Brandão
João Lobo
Margarida Neto
Miguel Laranjeiro
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias
Glória Araújo
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 10/10/2012.